

ESTADO DE MINAS GERAIS  
**MUNICÍPIO DE DELFIM MOREIRA**

CNPJ nº 18.025.924/0001-08

**PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 02 DE 09 DE JANEIRO DE 2025.**

*Dispõe sobre a majoração do vencimento dos servidores públicos municipais e dá outras providências.*

*Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu, **PREFEITO MUNICIPAL DE DELFIM MOREIRA**, sanciono e promulgo a seguinte lei:*

**Art. 1º.** Fica o Poder Executivo Municipal de Delfim Moreira autorizado a majorar a remuneração dos seus servidores efetivos e comissionados, dos ocupantes de função pública, dos conselheiros tutelares, inativos, pensionistas, dos contratados temporariamente por excepcional interesse público, em atendimento ao disposto no art. 37, X, da Constituição Federal de 1988.

**§1º.** Fica recomposto o vencimento dos servidores públicos municipais de Delfim Moreira, no percentual de 4,84% (quatro vírgula oitenta e quatro por cento) a título de revisão anual nos termos do inciso X, do artigo 37 da Constituição Federal de 1988, de acordo com o INPC- Índice Nacional de Preços ao Consumidor apurado nos últimos doze meses, a partir de 01 de janeiro de 2025.

**§2º.** Fica majorado o vencimento dos servidores públicos municipais de Delfim Moreira, no percentual de 2,66% (dois vírgula sessenta e seis por cento) a título de ganho real, a partir de 01 de janeiro de 2025.

**§3º.** Os proventos de aposentadoria e as pensões serão revistos na mesma data e sem distinção de índices em relação aos servidores públicos municipais, no que couber.

**Art. 2º.** O valor do piso básico de vencimento dos servidores públicos do Município de Delfim Moreira no mês de Janeiro/2025 será de R\$ 1.518,00 (um mil e quinhentos e dezoito reais) mensais.

**Art. 3º.** O piso salarial dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias é de R\$3.036 (três mil e trinta e seis reais) em 1º de janeiro de 2025, conforme Lei Complementar 31/2019, Lei Ordinária 1.419/19 e Emenda Constitucional nº 120 de 05 de maio de 2022.

**Art. 4º.** As despesas com a execução desta Lei correrão à conta de dotações próprias do orçamento vigente.

**Art. 5º.** Esta Lei entra em vigor a partir de sua publicação.

Delfim Moreira –MG, 09 de janeiro de 2025.

**Edilberto Marques da Cruz**

Prefeito Municipal de Delfim Moreira



ESTADO DE MINAS GERAIS  
**MUNICÍPIO DE DELFIM MOREIRA**

CNPJ nº 18.025.924/0001-08

**CÂMARA MUNICIPAL DE DELFIM MOREIRA**

**A/C – THIAGO SIQUEIRA MARQUES**

**PRESIDENTE DO LEGISLATIVO MUNICIPAL**

MENSAGEM AO

**PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 002/2025**

Senhor Presidente,

Nobres Edis,

Venho respeitosamente a esta douta casa de leis, na pessoa do Exmo. Vereador Presidente da Câmara Municipal de Delfim Moreira, para apresentar o presente **PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 02, DE 09 DE JANEIRO DE 2025 (“PL nº 02/2025”)** que: *“Dispõe sobre a majoração do vencimento dos servidores públicos municipais e dá outras providências”*, para sua tramitação e esperada aprovação, justificando sua pertinência e interesse público pelas razões que descrevo abaixo:

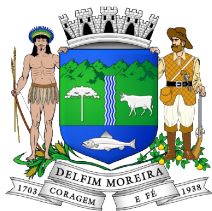
O projeto em tela tem como propósito a concessão de recomposição inflacionária ao funcionalismo público municipal, incluindo servidores públicos municipais ativos, inativos, contratados, comissionados, conselheiros tutelares e pensionistas, com base no índice oficial de inflação, o INPC- Índice Nacional de Preços ao Consumidor, no percentual de 4,84% (quatro vírgula oitenta e quatro por cento), bem como majorar os vencimentos em 2,66% (dois vírgula sessenta e seis por cento), a título de ganho real, a partir de 01 de janeiro de 2025.

Kildare Gonçalves Carvalho ensina:

**“9. A remuneração dos servidores públicos e o subsídio de que trata o § 4º do artigo 39 somente poderão ser fixados ou alterados por lei específica, observada a iniciativa privativa, em cada caso, assegurada a revisão geral anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices.** (Direito Constitucional – teoria do estado e da constituição – direito constitucional positivo. 13ª edição. Belo Horizonte: Del Rey. 2007. p. 826)

Portanto, é necessário, premente e prudente adequar os salários dos funcionários à realidade de suas funções, atribuições e volume de trabalho atual, mantendo o nível dos serviços prestados a sociedade.

O aumento real se caracteriza como despesa obrigatória de caráter continuado. A despesa obrigatória de caráter continuado (art. 17 da LRF) é aquela que



ESTADO DE MINAS GERAIS

**MUNICÍPIO DE DELFIM MOREIRA**

CNPJ nº 18.025.924/0001-08

provém de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixe para o ente federativo obrigação legal de sua execução por período superior a dois exercícios.

Os atos que criarem ou aumentarem tais despesas deverão ser instruídos com a estimativa de impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes, além de demonstrar a origem dos recursos para seu custeio (art. 17, § 1º), **o que aqui ocorre.**

A despesa é adequada com a LOA (art. 17, § 1º, I, LRF) quando for objeto de dotação específica e suficiente, ou quando estiver abrangida por crédito genérico, de modo que a soma de todas as despesas de mesma espécie, realizadas ou a realizar, não ultrapasse os limites estabelecidos para o exercício.

Segundo o inc. II do § 1º do art. 16, da LRF, a despesa é compatível com o PPA e a LDO quando estiver conforme as diretrizes, objetivos, prioridades e metas previstas em tais instrumentos e não infringir qualquer de suas disposições.

As despesas com pessoal, em sua maioria, enquadram-se na categoria de despesas do art. 17, e devem seguir os limites dos arts. 19 a 23 da LRF, que disciplinam estes gastos por ente e esfera de Poder.

Deste modo, espera que o projeto seja recebido, analisado, discutido, votado, e ao final, aprovado.

Tendo em vista a grandeza do tema em debate solicitamos a apreciação do presente em **regime de urgência** e em **reunião extraordinária**, conforme prevê a Lei Orgânica, contando com o apoio dos Nobres Edis que compõem essa Casa. Com nossos cordiais cumprimentos,

Atenciosamente

**Edilberto Marques da Cruz**  
**Prefeito Municipal de Delfim Moreira**